

Ministério Público Federal
5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Patrimônio Público e Social



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2002

Brasília – DF

SUMÁRIO



1. APRESENTAÇÃO
2. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA
3. EQUIPE DE SERVIDORES
 - 3.1. ASSESSORIAS TÉCNICAS
 - 3.2. SECRETARIA ADMINISTRATIVA
4. REGISTROS DOS PROCEDIMENTOS
 - 4.1. REUNIÕES DO COLEGIADO
 - 4.2. PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS POR MEMBROS
 - 4.3. FLUXO DE PROCESSOS
 - 4.4. EXPEDIENTES DA CÂMARA
5. ENCONTRO NACIONAL
6. MUTIRÃO
7. CONCURSO DE ARRAZOADOS JURÍDICOS
8. HOME PAGE
9. BANCO DE DADOS/CATÁLOGO
10. CONVÊNIOS
11. ATUAÇÕES TÉCNICAS
 - 11.1. DEMONSTRATIVOS
 - 11.2. PRINCIPAIS CASOS EXAMINADOS
12. RECURSOS SOLICITADOS PELA CÂMARA
13. PROGRAMAÇÃO PARA 2003

1. APRESENTAÇÃO



A **5ª Câmara de Coordenação e Revisão** – Patrimônio Público e Social, Órgão integrante da estrutura do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 58 da Lei nº 75/93, tem por função precípua promover a integração, coordenação e revisão dos procedimentos na área do Patrimônio Público e Social, tendo em vista o comando maior estabelecido na Constituição (art. 129) e nas leis que dão suporte à atuação institucional do MPF nessa área, principalmente a Lei nº 7.347/85 – Lei da Ação Civil Pública e a Lei nº 8.429/92 – Lei da Improbidade Administrativa.

Pretende o presente Relatório dar uma visão sucinta das principais atividades realizadas pela 5ª Câmara no ano de 2002, bem como as propostas para 2003.

As atividades se desdobraram em dois períodos distintos, o primeiro de janeiro a abril e outro de maio a dezembro, quando foi alterada a composição da Câmara e promovidas algumas inovações sem prejuízo do trabalho que vinha sendo desenvolvido que, sem sombra de dúvida, é um dos mais importantes realizados pelo Ministério Público. O símbolo que idealizamos para a Câmara tem a pretensão de demonstrar esse significado.

Ao assumirmos a Coordenação, em maio de 2002, nos deparamos com um quadro, no qual sobressaía um número reduzido de pessoal qualificado, equipamentos obsoletos, instalações inadequadas, ausência de uma Banco de Dados – essencial a qualquer trabalho de coordenação e integração eficientes além de um acervo de 1950 processos, aproximadamente, com distribuição suspensa em razão do número de procedimentos remanescentes nos Gabinetes dos Membros que compunham a Câmara.

Buscou-se imprimir celeridade na apreciação desses processos, constituindo mutirões compostos por Membros de todo o País que atenderam ao chamamento da Câmara. Outras medidas foram adotadas na mesma direção, com a participação direta dos Membros Titulares e Suplentes mediante o aumento do número de reuniões do Colegiado, bem como, deliberação no sentido de distribuição imediata de todos os processos que dessem entrada na Câmara após o mês de abril.



Algumas medidas concretas também foram adotadas para melhor instrumentação e eficiência do trabalho dos Membros, tais como:

a) intensificação do uso dos recursos da Tecnologia da Informação por meio da rede de comunicação do Ministério Público Federal (Intranet Nacional);

b) implantação de uma base de dados composta por legislação, doutrina, jurisprudência e um catálogo de ações relacionadas ao Patrimônio Público;

c) reforço do contingente de recursos humanos qualificados e de equipamentos para a consecução dessas tarefas;

d) promoção de encontros de trabalho antecipando a apreciação de questões de maior vulto a serem enfrentadas pelo *Parquet*;

e) ampliação das ações interinstitucionais com a formalização de novos convênios, a exemplo do acesso a novas bases de dados (Cadastro Nacional de CPF e CNPJ da Secretaria da Receita Federal).

f) Instituição do Boletim Informativo mensal, visando dar maior transparência às atividades da Câmara, proporcionando, ainda, a integração dos Membros.

g) Promoção do Concurso de Arrazoados Jurídicos como forma de incentivo aos Membros que oficiam no Patrimônio Público ou nas áreas conexas.

A par dessas iniciativas a Câmara não mediu esforços na prestação do indispensável apoio aos Membros que oficiam na área do Patrimônio Público.

Finalmente vale ressaltar que, o conjunto acima delineado permitiu à Câmara aproximar-se dos objetivos para os quais foi instituída. O êxito alcançado somente foi possível devido à colaboração inestimável de todos os Membros que participaram ativamente do processo, como também da valiosa contribuição da equipe de servidores.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

Brasília, 29 de abril de 2003

Helenita Amélia G. Caiado De Acioli

Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da Câmara do Patrimônio Público e Social



2. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

ATÉ ABRIL DE 2002

COORDENADOR

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

Subprocurador–Geral da República

MEMBROS TITULARES

PAULO DE TARSO BRAZ LUCAS

Subprocurador–Geral da República

GILDA PEREIRA DE CARVALHO

Subprocuradora–Geral da República

MEMBROS SUPLENTE

ALCIDES MARTINS

Subprocurador–Geral da República

LUIZ DE LIMA STEFANINI

Procurador Regional da República

A PARTIR DE MAIO DE 2002

COORDENADORA

HELENITA AMÉLIA GONÇALVES CAIADO DE ACIOLI

Subprocuradora–Geral da República

MEMBROS TITULARES

HAROLDO FERRAZ NÓBREGA

Subprocurador–Geral da República

FLÁVIO GIRON

Subprocurador–Geral da República

MEMBROS SUPLENTE

EDUARDO ANTÔNIO DANTAS NOBRE

Subprocurador–Geral da República

JOSÉ ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO

Subprocurador–Geral da República

JOAQUIM JOSÉ DE BARROS DIAS

Procurador Regional da República



3. EQUIPE DE SERVIDORES

3.1. ASSESSORIAS TÉCNICAS CONTABILIDADE E ECONOMIA

Carlos Alberto de Oliveira Lima
(Assessor/Economista)

Almir Pereira da Silva
(Contador)
Fernando Sanchez Souza
(Economista)
Romeu Bizó Drumond
(Contador)

DIREITO

João Maria Ludugero da Silva
(Assessor/Advogado)

Andréia Caputo Laboissière
(Advogada)

ENGENHARIA CIVIL

Marta Ligia de Freitas Vieira
(Assessora/Engenheira Civil)

Rita de Cássia Resende Pereira
(Engenheira Civil)

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Marcelo Beltrão Caiado
(Assessor/Analista em Informática)

3.2. SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Lusia Reinalda da Costa
(Assessora)

Débora Cristina Larocca Rigailo
José Henrique Soares Lins
Lêda Miranda Figueira
Nelson Ferreira Tobias
Raquel Ferreira de Paula
Selma Maria de Oliveira Marques

4. REGISTROS DOS PROCEDIMENTOS



4.1. REUNIÕES DO COLEGIADO

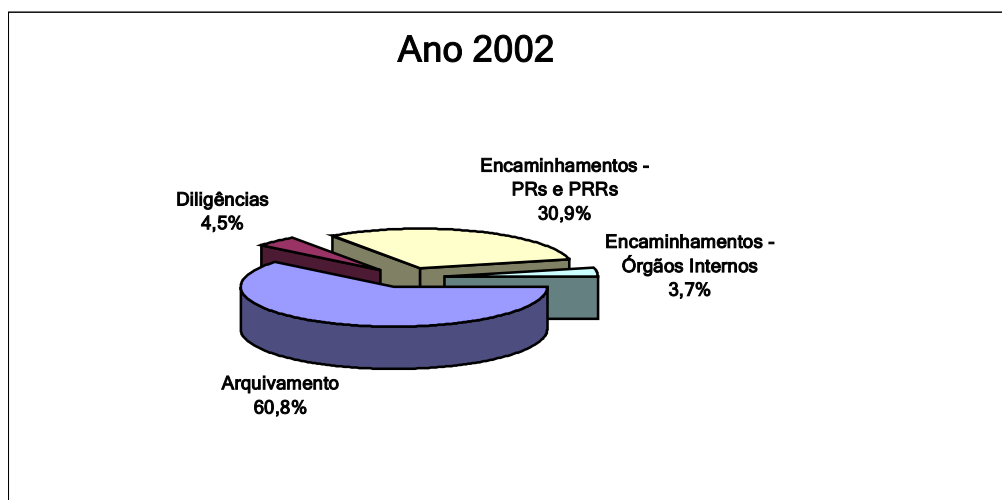
No ano de 2002 a 5ª Câmara realizou 35 reuniões com os seguintes resultados:

Até abril de 2002: 06 Reuniões

• Homologação de Arquivamento	219	
• Baixa para Diligências	19	
• Encaminhamentos para Procuradores da República e Procuradores Regionais	217	
• Encaminhamentos a Órgãos Internos	<u>52</u>	507

A partir de maio de 2002: 29 Reuniões

• Homologação de Arquivamento	1.098	
• Baixa para Diligências	79	
• Encaminhamentos para Procuradores da República e Procuradores Regionais	453	
• Encaminhamentos a Órgãos Internos	<u>28</u>	1.658
Total		2.165

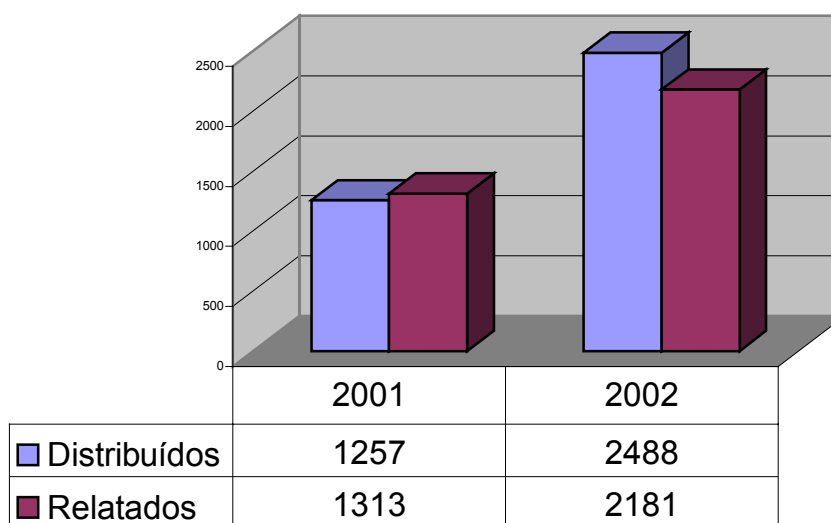




4.2. PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS POR MEMBROS

Foram distribuídos 2488 procedimentos e relatados 2181 (incluídos os sem distribuição prévia nesses totais), remanesecendo um total de 307 procedimentos sem contar o acervo antigo que está sendo objeto de análise pelo mutirão.

MEMBROS		DISTRIBUÍDOS	PEDIDO DE VISTA	RELATADOS
JAN-ABR/2002	Dra. Gilda Carvalho	36	-	33
	Dr. Alcides Martins	99	-	123
	Dr. Luiz Stefanini	54	-	74
	Dr. Eitel Santiago	151	3	212
	Dr. Paulo de Tarso	41	10	41
Subtotal I		381	13	483
MAI-DEZ/2002	Dra. Helenita Acioli	596	-	596
	Dr. Flávio Giron	490	-	471
	Dr. Haroldo Ferraz	437	7	185
	Dr. José Roberto Santoro	300	-	246
	Dr. Eduardo Nobre	284	-	200
Subtotal II		2.107	7	1.698
Totais 2002		2.488	20	2.181





4.3. FLUXOS DE PROCESSOS

Em 2002 deram entrada na 5ª Câmara 2.021 processos e saíram, no mesmo período, 3.592, considerando os processos remanescentes dos anos anteriores

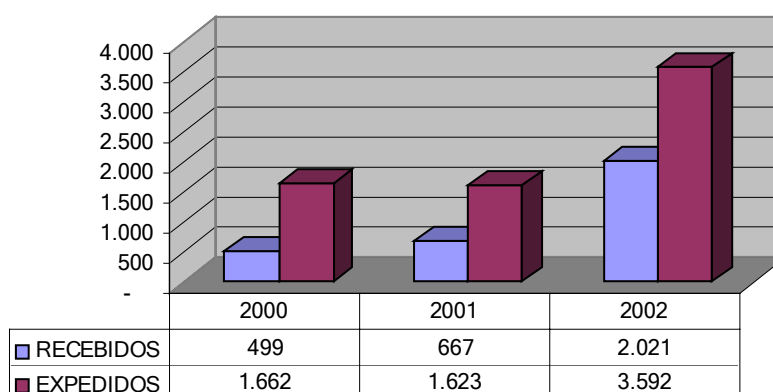
Para melhor compreensão desses números e a sua evolução nos últimos três anos, apresentamos os seguintes quadros e gráficos:

2000	PROCESSOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	3	12	30	11	29	44	10	104	49	108	83	16	499
	Expedidos	1	3	121	137	110	124	164	150	254	256	49	293	1.662

2001	PROCESSOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	3	26	64	93	92	52	20	39	60	96	87	35	667
	Expedidos	14	31	191	101	166	188	90	197	109	343	92	101	1.623

2002	PROCESSOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	16	38	78	62	386	195	99	243	329	167	315	93	2.021
	Expedidos	134	114	82	100	461	457	76	389	430	577	481	291	3.592

**FLUXOS DE PROCESSOS
2000-2002**





4.4. EXPEDIENTES DA CÂMARA

Correspondências Recebidas:

Total: 1.816

Correspondências Expedidas:

- Ofícios : 2.223
- Ofícios–Circular : 12
- Memorandos : 146
- Fax : 37

Total: 2.418

Documentos técnicos emitidos:

- Notas Técnicas : 44
- Informações :: 61

Total: 105

5. ENCONTRO NACIONAL



Após um hiato de 3 anos sem a realização de qualquer evento, a Câmara promoveu o IV Encontro Nacional, nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2002 no auditório da Procuradoria Geral da República, em comemoração ao 10 (dez) anos da Lei de Improbidade Administrativa.

Além do Seminário Sobre a Defesa do Patrimônio Público e Social e a Lei de Improbidade Administrativa aberto à comunidade, que contou com 300 participantes, foram realizadas reuniões destinadas exclusivamente aos Membros.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, proferiu a conferência de abertura e abordou, entre outras, a questão do foro por prerrogativa de função.

As conferências foram proferidas no período da manhã e foram abordados os seguintes temas:

- Conferencista Ministro MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO
Tema: “Os Atos de Improbidade e a Atuação do Ministério Público Federal na Esfera da Jurisdição Civil”



- Conferencista Ministro GILSON LANAGARO DIPP
Tema: "Aspectos Atuais da Improbidade Administrativa"
Debatedores: SAMANTHA CHANTAL DOBROWOLSKI,
Procuradora da República – PR/SC e FLÁVIO DINO DE
CASTRO E COSTA, Juiz Federal - DF
- Conferencista Doutor ROGÉRIO PACHECO ALVES
Tema: "Improbidade Administrativa. Questões Processuais
Controvertidas"
Debatedor: WELLINGTON CABRAL SARAIVA, Procurador da
República – PR/PE
- Conferencista Ministro JOSÉ AUGUSTO DELGADO
Tema: "Responsabilidade Fiscal e a Renúncia de Receitas"
Debatedor: CELSO ANTÔNIO TRÊS, Procurador da República –
PR/DF
- Conferencista Doutor ARISTIDES JUNQUEIRA
Tema: "O Ministério Público e a Defesa do Patrimônio Público:
Impunidade e Meios de Combatê-la"
Debatedor: ÂNGELO ROBERTO ILHA DA SILVA, Procurador da
República – PRM/Novo Hamburgo/RS
- Conferencista Doutor HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE
PINHO
Tema: "A Atuação Extrajudicial do Ministério Público no
Combate à Improbidade"
Debatedora: MÔNICA NICIDA GARCIA, Procuradora Regional
da República – PRR 3ª Região
- Conferencista Ministro HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO
Tema: "O Controle do Patrimônio Público e Social – O Papel
do TCU"
Debatedor: JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI, Procurador da
República – PR/GO

Nas discussões realizadas na parte da tarde, mediante mesas-redondas, reservadas aos Membros do MPF, devem ser destacadas as que trataram das Relações Interinstitucionais (TCU/AGU/INCRA/SPU/SRF/INSS/ COAF), disseminação de novas idéias e de experiências, uniformização de procedimentos, projetos para 2003, obedecendo à seguinte programação:



- Coordenador dos Debates: CARLOS FERNANDO DOS SANTOS, Procurador da República – PR/PR
 Relator: ANDRÉ LUIZ MORAIS DE MENEZES, Procurador da República – PR/PA
 Tema: “Relacionamento Institucional”
 Interlocutores: Dr. Ricardo Araújo (Secretário-Adjunto de Contas e Secretário-Geral de Controle Externo – TCU), Dr. André Mendes (Diretor da 1ª Divisão Técnica da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – TCU), Dr. Nagib Chaul Martinez (Assessor do Secretário-Geral de Controle Externo – TCU), Dr. Marcelo Amaral (servidor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – TCU), Dr. Lucas Rocha Furtado (Procurador-Geral junto ao TCU), Dr. Luis Inácio Lucena Adams (Secretário-Geral do Contencioso – AGU).
- Coordenadora dos Debates: JANICE AGOSTINHO BARRETO ASCARI, Procuradora Regional da República – PRR 3ª Região.
 Relator: ALBERTO RODRIGUES FERREIRA, Procurador da República – PR/PI
 Tema: “Avaliação nas Desapropriações e Situação dos Bens Públicos”
 Interlocutores: Dra. Renata de S. Furtado – INCRA (Coordenação Geral Agrária), Dra. Maria José V. Barros Leite – S. Patrimônio Público da União), Dr. Adriano Amorim- Gerente da Área de Receita do S.P.U.
- Coordenadora dos Debates: MARIA EMÍLIA CORREA DA COSTA, Procuradora da República – PR/RS
 Relator: VINICIUS FERNANDO ALVES FIRMINO, Procurador da República – PR/DF
 Tema: “Relações Interinstitucionais”
 Interlocutores: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Jr. (Procurador da República), Jorge Antônio D. Rachid (Secretário da Receita Federal Adjunto – SRF), Marcelo Fisch de B. Menezes (Coordenador-Geral de Fiscalização – SRF), Dra. Sonia Christine de C. Ferreira (Coordenadora-Geral de Planejamento para Grandes Devedores do INSS), Francisco Carlos de Matos Félix (Assessor Jurídico do COAF)



- Coordenadora dos Debates: NILCE CUNHA RODRIGUES, Procuradora da República – PR/CE
 Relatores: UAIRANDYR TENÓRIO DE OLIVEIRA, Procurador da República – PR/AL e
 CARLOS ROBERTO DIOGO GARCIA, Procurador da República – PR/RO
 1º Tema: “Proposta de Anteprojeto – A Constituição de Força-Tarefa – Tarefa por Determinação do MP.”
 Expositor: HÉLIO TELHO, Procurador da República – PR/GO
 2º Tema: “Caso SUDAM – Estratégias e Resultados”
 Expositor: MÁRIO LÚCIO DE AVELAR, Procurador da República – PR/TO
 3º Tema: “A Simultaneidade de Ação Penal Pública e da Ação de Improbidade”
 Expositor: OSÓRIO SILVA BARBOSA SOBRINHO, Procurador da República – PR/SP
 4º Tema: “Interrupção e Suspensão a Prescrição da Lei de Improbidade pela Instauração da Tomada de Contas Especial”
 Expositor: ANDRÉ LUIZ BATISTA NEVES, Procurador da República – PRM/Ilhéus-BA
- Coordenadora dos Debates: HELENITA CAIADO DE ACIOLI, Subprocuradora-Geral da República – Coordenadora da 5ª CCR
 Relatora: MARCIA NOLL BARBOZA, Procuradora da República – PR/RS
 Tema: “Base de Dados – Técnicos da Câmara – Delegação de Competência – Convênios – Uniformização de Procedimentos – Planejamento/2003”

Todas as discussões do Encontro, inclusive os debates e conferências do Seminário, estão sendo objeto de gravação para publicação de anais.

6. MUTIRÃO



Tendo em vista o estoque antigo de procedimentos, estimado em 2.400 (1950 sem distribuição em dezembro de 2001 e mais 449 em gabinetes dos Membros do Colegiado até abril de 2002, alguns desde à época da Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos – SECODID), a Câmara decidiu formar grupos de estudos e análise, compostos de Membros da Instituição que, voluntariamente, se dispuseram a integrar os Mutirões, realizados mensalmente, como forma de imprimir celeridade nas apreciações do Colegiado.

Foram realizadas, no ano de 2002, um total de 6 reuniões, das quais participaram, com presteza e eficiência, os seguintes Membros da Instituição:

- Alexandre Camanho de Assis (PR/DF)
- André Libonati (PRM/Bauru/SP)
- André Stefan Bertoul (PRM/Santos/SP)
- Andréa Lyrio de Souza Mayer Soares (PR/DF)
- Antônio Carlos Pessoa Lins (PR/PB)
- Bruno Freire de Carvalho Calabrich (PR/AM)
- Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho (PR/GO)
- Carlos Augusto de Amorim Dutra (PR/SC)
- Carolina da Silveira Medeiros (PRM/NH/RS)
- Celso Antônio Três (PR/DF)
- Cíntia Maria de Andrade (PR/MT)
- Cristiano Valois de Souza (PR/SP)
- Davy Lincoln Rocha (PRM/Joinville/SC)
- Edson Abdon Peixoto Filho (PR/ES)
- Elena Urbanavícius Marques (PR/AM)
- Francisco Guilherme Vollstedt Bastos (PR/DF)
- Franklin Rodrigues da Costa (PRR/1ª Região)
- Hélio Telho Correa Filho (PR/GO)
- Jaime Mitropoulos (PRM/Uberlândia/MG)
- Janice Agostinho Barreto Ascari (PRR/3ª Região)
- Januário Paludo (PRR/4ª Região)
- João Marques Brandão Neto (PRM/Blumenau/SC)
- José Nilso de Lório (PR/ES)
- Laura Noeme dos Santos (PRR/3ª Região)
- Leonardo Luis de Figueiredo Costa (PR/RJ)
- Luciana Marcelino Martins (PR/PE)
- Márcia Noll Barboza (PR/RS)
- Maria do Socorro Leite de Paiva (PRR/5ª Região)
- Maria Emília Correa da Costa (PR/RS)
- Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini (PRR/3ª Região)



- Maria Luisa Rodrigues L. C. Duarte (PRR/3ª Região)
- Nilce Cunha Rodrigues (PR/CE)
- Orlando Monteiro Espíndola da Cunha PRM/Uberaba/MG)
- Roberto Moreira de Almeida (PR/PB)
- Sady D'Assumpção Torres Filho (PRR/5ª Região)
- Sergei Medeiros Araújo (PR/MA)
- Sérgio Lauria Ferreira (PR/AM)
- Sérgio Monteiro Medeiros (PR/RN)
- Silvio Pereira Amorim (PR/MS)
- Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior (PR/RO)
- Sônia Maria de Assunção Macieira (PR/PE)
- Synval Tozzini (PR/SP)
- Uairandyr Tenório de Oliveira (PR/AL)
- Uendel Domingues Ugatti (PRM/Ribeirão Preto/SP)
- Vinicius Fernando Alves Fermino (PR/DF)

TOTAL DE PROCESSOS EXAMINADOS	995
-------------------------------	-----

7. CONCURSO DE ARRAZOADOS JURÍDICOS





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

**CONCURSO DE
ARRAZOADOS JURÍDICOS**



**DEFESA DO
PATRIMÔNIO
PÚBLICO E SOCIAL**

**COMEMORAÇÃO AOS
10 ANOS DA LEI DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Você que é membro do MPF e ajuda a escrever a história desta Instituição participe do concurso de arrazoados jurídicos da 5ª CCR e concorra a prêmios de até R\$ 10 mil.

Prazo final de inscrição: 25/11/2002



Informações:
5ª Câmara de Coordenação e Revisão - Patrimônio Público e Social.
Tel.: (61) 3031-6064 e (61) 3031-6063.
Email: 5camara@pgr.mpf.gov.br
Internet: www.pgr.mpf.gov.br/camaras/5camara/compcamara5.html
Edital publicado no DOU de 10/10/2002, seção 3, página 69.

Foi lançado pela 5ª Câmara o Concurso de Arrazoados Jurídicos, com a finalidade de valorizar e premiar os trabalhos produzidos pelos Membros do Ministério Público Federal que tivessem atuado ou atuassem na área de defesa do patrimônio Público, no âmbito civil, administrativo ou penal.

O Edital, contendo instruções detalhadas, foi encaminhado a todas as unidades do Ministério Público e publicado, na forma da lei, conforme procedimento efetuado pela Secretaria Administrativa e ficou disponível na Intranet Nacional, na página da 5ª Câmara.



O prazo para as inscrições encerrou-se no dia 18 de dezembro de 2002, tendo sido inscritos 89 trabalhos.

A Comissão julgadora do Concurso foi composta pelo Ministro CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO –do Supremo Tribunal Federal, pela Ministra ELIANA CALMON ALVES – do Superior Tribunal de Justiça e pelo Professor ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR da Universidade de Brasília.

A divulgação do resultado está prevista para 5 de maio de 2003.

Os prêmios serão entregues no dia 20 de maio de 2003, por ocasião da Abertura do V Encontro Nacional da Câmara.

Serão conferidos os seguintes prêmios:

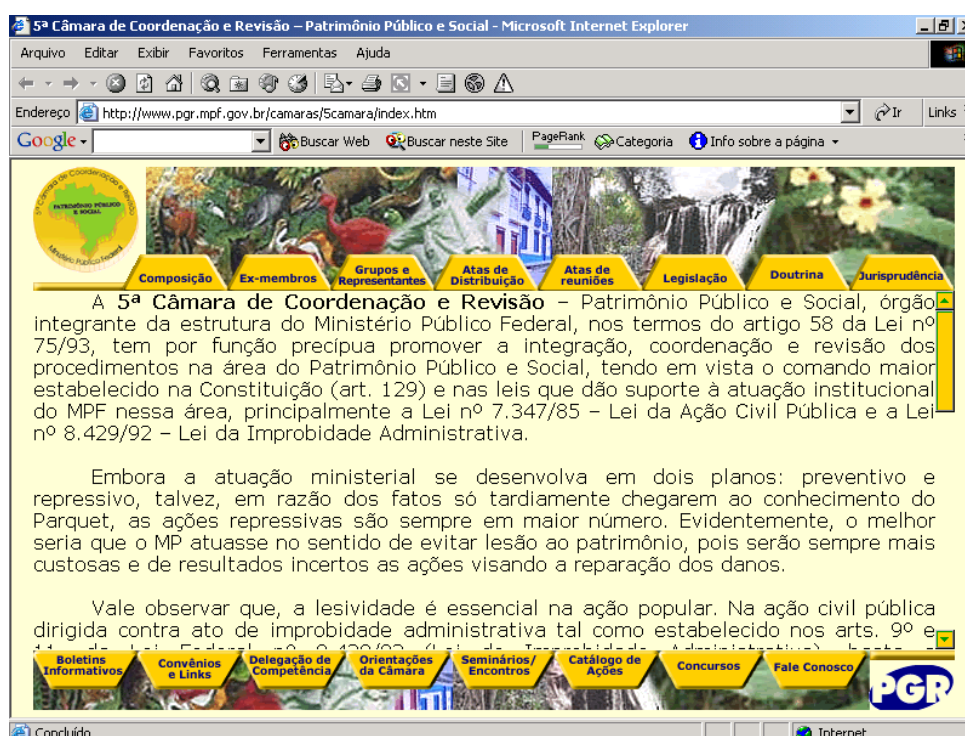
- 1º lugar: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
- 2º lugar: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
- 3º lugar: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

8. HOME PAGE



A 5ª Câmara, no intuito de disponibilizar informações relevantes, inclusive uma base de dados, aos Procuradores e cidadãos em geral que buscam apoio as suas ações ou realizar denúncias nas áreas de sua atuação, bem como servir de veículo de divulgação do trabalho realizado pelo Ministério Público Federal, procurou modernizar e atualizar a sua *Home Page*, contemplando:

- Organização de informações sobre todos os sistemas disponíveis, com a devida orientação sobre a forma de cadastramento e acesso em cada um;
- Organização de conteúdos de Legislação, Doutrina e Jurisprudência para consulta na própria página da 5ª CCR;
- Listagem de endereços (*sites*) relevantes à área do Patrimônio Público e Social;
- Principais comunicações da Câmara: Boletim Informativo, Atas de Reuniões, Concursos, Seminários, Encontros etc;
- Convênios firmados pelo Ministério Público Federal na área do Patrimônio Público e Social; e
- Meio de comunicação direta, através da própria *Home Page*;
- Catálogo dos Procedimentos e Ações.



9. BANCO DE DADOS/CATÁLOGO



Adobe Acrobat - [catalogo novo.pdf]

Arquivo Editar Documento Ferramentas Visualizar Janela Ajuda

88%

2002 - CATÁLOGO DE AÇÕES DA ÁREA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL P. 1

CLASSIFICAÇÃO	Nº PROCESSO	DATA DE INÍCIO/TERMINO	DELEGADO	AÇÃO	DETERMINAÇÃO
AC	2001.30.00.0001004-6	4/5/1996 30/8/2001	Dr. Fernando Plazenski, e Dr. Marcus Vinicius Macedo	Afastamento de cargo.	Condenação em primeira instância, em sede de Ação Cautelar, ao afastamento das funções de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre até final julgamento da Ação de Improbidade cumulada com Ação Civil Pública.
AC	1999.30.00.0003023-5	25/2/1999 14/1/2002	Dr. Fernando Plazenski, e Dr. Marcus Vinicius Macedo	Improbidade administrativa.	Condenação, em primeira instância, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ao ressarcimento do erário, perda da função pública, suspensão, à multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios.
AC	1999.30.00.0003001-1	14/10/1999 28/7/2000	Dr. Fernando Plazenski	Improbidade administrativa.	Condenação em primeira instância, com o deferimento do pedido feito pelo MPF. Apelação interposta pelo Réu.
AC	1999.30.00.0027113-5	21/12/1999 14/8/2002	Dr. Fernando Plazenski, e Dr. Marcus Vinicius Macedo	Improbidade administrativa.	Condenação em primeira instância, ao ressarcimento do erário, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por 5(cinco) anos, à multa civil e proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios ou incentivos fiscais pelo prazo de 5(cinco) anos.
AC	2002.30.00.001002-6	1/7/2002	Dr. Fernando Plazenski	Improbidade administrativa.	Processo em andamento.
AC	2002.30.00.001139-0	8/7/2002	Dr. Fernando Plazenski	Improbidade administrativa.	Processo em andamento.
AC	2002.30.00.001507-1	28/8/2002	Dr. Fernando Plazenski	Improbidade administrativa.	Processo em andamento.
AC	2002.30.00.001506-1	23/9/2002	Dr. Fernando Plazenski	Ação Civil Pública cumulada com Ação de Improbidade Administrativa	Processo em andamento.

1/533 297 x 209,9 mm

A Câmara está envidando esforços na implantação de um Banco de Dados de ações na área do Patrimônio Público e Social, a partir da organização de um Catálogo de Ações, sendo que sua plena implementação está a depender da atualização dos canais de comunicação de dados da Procuradoria-Geral da República com as demais unidades do MPF.

A implantação deste Banco de Dados visa corrigir a atual falta de integração de sistemas informatizados entre as Procuradorias, situação crítica essa em que cada Procuradoria desenvolve localmente seus sistemas e aplicativos; cada unidade, então, possui uma base de dados própria, porém limitada, que resulta ainda em informações redundantes, incompletas e desatualizadas.

Tal procedimento localizado vem por sua vez dificultar a visão Sistêmica da Atuação do Ministério Público Federal, tão necessária aos dias de hoje.

Para a viabilização do referido Banco de Dados, a Câmara integrou a sua equipe um profissional da área de Tecnologia da Informação altamente experiente e capacitado.



É, também, imprescindível a colaboração dos Procuradores e servidores no fornecimento de informações sobre o andamento de inquéritos e ações relacionadas à defesa do patrimônio público e social para alimentação sistemática da Base de Dados.

O instrumento em questão deve constituir-se numa ferramenta auxiliar de grande importância no trabalho dos Membros, servindo com fonte de consulta, referência ou orientação.

10. CONVÊNIOS



EXISTENTES

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Objeto: Cooperação Técnico-financeira e operacional voltada para o desenvolvimento de estudos, projetos ou atividades de interesse comum nas questões agrárias, no âmbito de suas respectivas competências.

RENOVADOS

Banco Central do Brasil – BACEN

Objeto: Atuação Conjunta do MPF e do BACEN, visando à elaboração de análises e laudos técnicos destinados a subsidiar os Membros do MPF em matérias que envolvam o mercado financeiro e de capitais, bem como os consórcios para aquisição de bens duráveis.

IMPLEMENTADOS

Secretaria da Receita Federal – SRF

Objeto: Estabelecer condições que possibilitem à Secretaria da Receita Federal – SRF, atender a solicitações de fornecimento de dados cadastrais efetuadas pelas projeções nacional, regionais, estaduais e locais do MPF, no que couber, nos termos das Instruções Normativas nºs 19 e 20, de 17 de fevereiro de 1998.

Caixa Econômica Federal – CEF

Objeto: Possibilitar o acesso às informações registradas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custas e Índices da Construção Civil – SINAPI.

Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO

Objeto: Implementação, operacionalização e manutenção de Serviço de Gerenciamento de Interconexão de Redes de interesse do MPF, possibilitando o acesso contínuo *on line*, aos dados dos cadastros CPF e CNPJ, e a outras bases de dados autorizados pelos seus respectivos gestores.

Tribunal de Contas da União – TCU

Objeto: Estabelecer formas de cooperação no sentido de dinamizar o cumprimento do disposto no artigo 129, incisos I, III, VI e VIII e no artigo 71, inciso VIII da CF/88, bem como para realizar treinamentos, intercâmbio de informações e outras ações conjuntas.



EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF

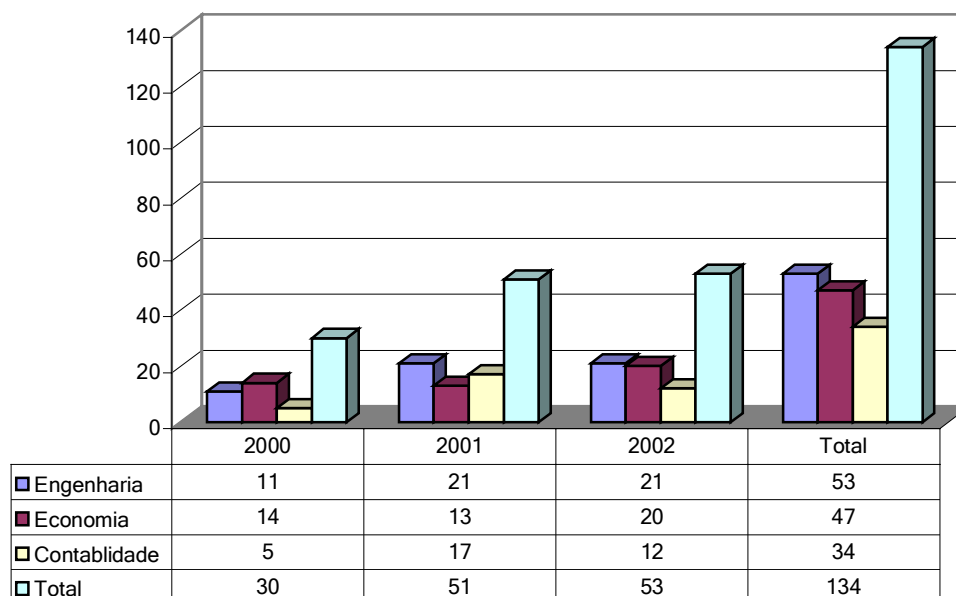
Objeto: Intercâmbio de informações que possam subsidiar as investigações relacionadas, entre outras, com a lavagem de dinheiro.

11. ATUAÇÕES TÉCNICAS



11.10 DEMONSTRATIVOS – Tabelas e Gráficos

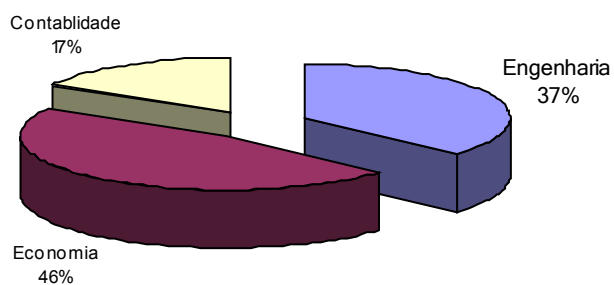
Embora contando com um número reduzido de profissionais nas áreas solicitadas, a quantidade de casos encaminhados à Câmara, para elaboração de pareceres técnicos, tem crescido nos últimos anos, como demonstrado nos seguintes gráficos:





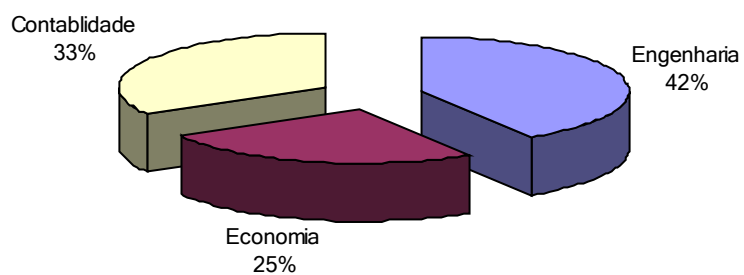
Ano 2000

Casos Analisados por Área Específica (%)



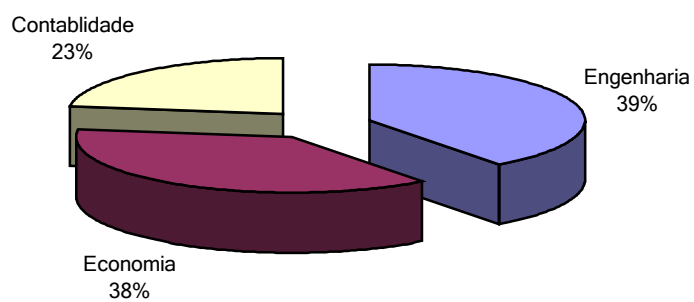
Ano 2001

Casos Analisados por Área Específica (%)



Ano 2002

Casos Analisados por Área Específica (%)



11.2 PRINCIPAIS CASOS EXAMINADOS



11.2.1 Assessoria Técnica – Contabilidade e Economia

Dossiê nº 840/5º CCR. Desapropriação para fins de reforma agrária. Fazenda Reunidas 35 Ltda.. Revisão de Cálculos. Solicitante: Dr. Marco Túlio Lustosa Caminha – PR/PA. (Nota Técnica nº 002/2002).

MPF/PGR 1.00.000.000483/2002–67. Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP. Celebração de convênio. Exame. Solicitante: Ex.º Sr. Vice-Procurador-Geral da República, no exercício do cargo de Procurador-Geral da República, em despacho de 7/1/02. (Informação nº 003/2002).

MPF/PGR 1.00.000.005630/2001–12. Procedimento Extrajudicial nº 001/1996/MP/PJ/DC/PP. Banco do Estado do Pará – “Caso Banpará”. Solicitação do Ministério Público do Estado do Pará, Procuradoria-Geral de Justiça. Indicação de assistentes técnicos: Carlos Alberto de Oliveira Lima e Fernando Sanchez de Souza. Parecer crítico sobre o Laudo do Perito Marco Aurélio Pimentel Moura referente à Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas, Processo nº 2001.124391–1. (Parecer Técnico de 20/2/2002).

Dossiê nº 844/5º CCR. SISTEMA COPEL. Usina Hidrelétrica Apucarantina. Planilhas de custos e receitas. Análise econômico-financeira. Solicitantes: Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho – Subprocuradora-Geral da República, e Dr. João Akira Omoto – PRM/Londrina/PR. (Notas Técnicas nºs 007/2002 e 028/2002).

Dossiê nº 775/5º CCR. Caso SERPRO. Ação Cautelar Inominada 2002.34.00.047298–4, junto à 22ª Vara Federal de Brasília. Quebra de sigilo bancário, fiscal e cartão de crédito. Solicitante: Dr. Guilherme Zanina Shelb – PR/DF. (Notas Técnicas nºs 008/2002, 010/2002, 016/2002, 020/2002, 022/2002, 036/2002, 037/2002 e 041/2002).

Dossiê nº 768/5º CCR. Processo nº 00.0032800–6. Ação de Execução Diversa por Título Judicial, em curso na Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará, 1ª Vara. Novos critérios de liquidação do título exequendo, determinados na Sentença de 29/06/2001. Solicitante: Dra. Solange Maria Braga – PR/PA. (Nota Técnica nº 013/2002).



MPF-PR/MA 8109.000405/96–85. Inquérito Civil Público. Notícia de superfaturamento na Concorrência nº 01/96. Secretaria Municipal de Saúde de São Luis/MA. Programa “Leite é saúde”. Aquisição de leite em pó. Proposição de arquivamento. Inocorrência de superfaturamento de preços. Solicitante: Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas – Subprocurador-Geral da República. (Nota Técnica nº 014/2002).

Dossiê nº 848/5ª CCR. Convênio União/Ministério da Justiça/Estado do Mato Grosso do Sul. Presídio Estadual de Jateí. Reforma. Utilização de verba federal. Solicitante: Dr. Ramiro Rockenbach da Silva – PRM/Dourados/MS. (Nota Técnica nº 015/2002).

Dossiê nº 691/5ª CCR. Conselho Nacional de Desestatização. Contratação da Associação Petrobrasil. Avaliação de lotes de ações excedentes da Petrobras. Questionário apresentado pelos avaliadores. Necessidade das questões formuladas e risco de divulgação de segredos industriais. Análise. Solicitante: Dra. Silvana Batini Cesar Góes – PR/RJ. (Nota Técnica nº 021/2002).

Dossiê nº 791/5ª CCR. Análise das declarações de Imposto de Renda do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, sua esposa Sra. Elizabeth Salgueiro de Oliveira e das empresas onde participavam, cujas cópias foram encaminhadas a esta Perícia; e Relatório do Inquérito Administrativo CVM nº 23/2000 relativo aos fundos de pensão. Operações fraudulentas. Solicitante: Dr. Luiz Francisco F. de Souza – PR/DF. (Nota Técnica nº 029/2002).

Dossiê nº 867/5ª CCR. Ação de Desapropriação por Interesse Social nº 00.0000603–3. Análise e conferência de cálculos. Solicitante: Dr. Francisco Marinho – PR/RO. (Nota Técnica nº 032/2002).

Dossiê nº 871/5ª CCR. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Desapropriação de parte do imóvel rural “Fazenda Agropecus”, localizada no Município de Santa Maria das Barreiras/PA. Roteiro dos cálculos para a conta de liquidação de Sentença. Conferência. Solicitante: Dra. Solange Maria Braga – PR/PA. (Nota Técnica nº 035/2002).



Dossiê nº 758/5ª CCR. Ação Cautelar Inominada nº 2000.37.00.004973-3 contra a Caixa Econômica Federal. Financiamentos imobiliários. Contratos. Juros capitalizados e acumulações indevidas. Recálculo das planilhas de amortização de dívidas. Solicitantes: Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto e Dr. Márcio Barra Lima (Nota Técnica nº 038/2002).

Dossiê nº 872/5ª CCR. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Desapropriação do imóvel rural “Castanhal Lagedo”, localizado no Município de Marabá/PA. Roteiro dos cálculos para a conta de liquidação de Sentença. Conferência. Solicitante: Dra. Solange Maria Braga – PR/PA. (Nota Técnica nº 039/2002).

Dossiê nº 873/5ª CCR. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Desapropriação do imóvel rural “Fazenda Pecos”, localizado no Município de Conceição do Araguaia/PA. Roteiro dos cálculos para a conta de liquidação de Sentença. Conferência. Solicitante: Dra. Solange Maria Braga – PR/PA. (Nota Técnica nº 040/2002).

Dossiê nº 887/5ª CCR e MPF/PGR 08100.003902/93-08. Atualização dos valores constantes da Nota Técnica nº 020, de 29.11.2000, emitida pela 5ª CCR. Cópia da Decisão nº 763/2001/TCU/Plenário, versando sobre os mesmos fatos tratados na aludida Nota Técnica. Atualização referente aos aspectos econômico-contábeis da construção do edifício-sede e reforma das Juntas de Conciliação e Julgamento do TRT da 14ª Região, empreendidas pela Empresa COTA – Construtora Amazônia S.A. Solicitante: Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior – PR/RO. (Nota Técnica nº 043/2002).

INQ 333/ES (Superior Tribunal de Justiça). Quebra de Sigilo Telefônico. Análise dos dados fornecidos. Solicitante: Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira – Subprocurador-Geral da República. (Nota Técnica nº 044/2002).



11.2.2 Assessoria Técnica – Engenharia Civil

MPF-PRM/RP/SP 1.35.010.000380/2000–38. Solicitante: Dr. Francisco Guilherme Vollstedt Bastos – PRM/RP/SP. Solicitação: apurar irregularidades na avaliação do imóvel urbano adquirido pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Ribeirão Preto. (Nota Técnica nº 011/2002).

MPF-PR/GO 08108.001491/97–25. Solicitante: Dr. Gustavo Pessanha Velloso – PR/GO. Solicitação: verificar irregularidades na retirada da mureta que impedia o acesso direto à rodovia BR–153 pela Rua Pernambuco – trecho Goiânia/Aparecida de Goiânia. (Nota Técnica nº 001/2002).

Dossiê nº 850/5ª CCR. Solicitante: Dr. Alexandre Camanho de Assis – PR/DF. Solicitação: análise técnica relativa ao custo da construção civil da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV e ao procedimento licitatório na modalidade de leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. (Nota Técnica nº 008/2002).

Dossiê nº 854/5ª CCR. Solicitante: Dr. Luiz Francisco Fernandes de Souza – PR/DF. Solicitação: análise técnica para verificar indícios de irregularidades no custo da obra de construção da 3ª Ponte do Lago Sul em Brasília – DF. (Nota Técnica nº 017/2002).

Dossiê nº 860/5ª CCR. AC nº 2002.01.00.001442/MG. Solicitante: Dra. Ana Borges Coêlho Santos – PRR/1ª Região. Solicitação: análise técnica do Laudo avaliatório da propriedade inserida nos limites do Parque Itatiaia, no Município de Itamonte – MG. (Nota Técnica nº 024/2002).

Dossiê nº 862/5ª CCR. Solicitante: Dr. Célio Vieira da Silva – PRM/Marília/SP. Solicitação: análise técnica da documentação que fundamentou a compra da Fazenda “Ceres” com recursos financiados pelo Banco da Terra, pela Associação de Agricultores Familiares Força da Terra de Piraju/SP. (Nota Técnica nº 025/2002).

Dossiê nº 869/5ª CCR. Solicitante: Dr. Oscar Costa Filho – PR/CE. Solicitação: análise técnica do procedimento da construção de “passagens molhadas” a serem executadas em vários municípios do Estado. (Notas Técnicas nºs 026 e 041/2002).



Dossiê nº 346/5ª CCR. Solicitante: Dr. Alexandre Meireles Marques – PR/MA. Solicitação: análise técnica da documentação relativa à avaliação das unidades habitacionais COHATRACT V, II Etapa. (Nota Técnica nº 049/2002).

MPF/PGR 1.00.000.002156/2001–69. Solicitante: Dra. Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli – Subprocuradora-Geral da República. Solicitação: análise técnica da documentação relativa à desapropriação da Fazenda Agroana, localizada em Poconé/MT. (Informação nº 050/2002).

Dossiê nº 786/5ª CCR. Solicitante: Dr. Sergei Medeiros Araújo – PR/MA. Solicitação: apurar irregularidades no Loteamento Residencial Canaã II. (Informação nº 051/2002).

Dossiê nº 868/5ª CCR. Solicitante: Dr. Anastácio Nóbrega Tahim Júnior – PR/GO. Solicitação: perícia nas obras de construção da Casa do Índio e de seu Albergue. (Informação nº 053/2002).

Dossiê nº 880/5ª CCR. Solicitante: Dra. Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary – PR/PE. Solicitação: trabalho técnico relativo à avaliação do imóvel rural “Engenho Livramento”. (Informação nº 045/2002).

Dossiê nº 886/5ª CCR. Solicitante: Dra. Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli – Subprocuradora-Geral da República. Solicitação: exame dos documentos inerentes à Ação de Desapropriação nº 2000.61.12.001515–9. (Informação nº 057/2002).

Dossiê nº 888/5ª CCR. Solicitante: Dr. Cláudio Chequer – PR/RJ. Solicitação: exame dos documentos relativos à avaliação de imóveis na Cidade de Barão do Monte Alto – MG e em seus distritos, leiloados pela Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, para alienação por cessão de direitos. (Informação nº 058/2002).

MPF-PR/BA 08104.000318/97–12. Solicitação: análise técnica dos documentos relativos às fazendas desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Estado da Bahia: Esplanada, Rio das Rãs, São Marcos, Pinga-Pinga, Refúgio do Zabelê, São José, Curimatá, Nancy, Rio de Ondas, Santa Luzia, Bananeiras, Aldeia, Capianga, Vazante, Nova Suíça e Campinho. (Nota Técnica nº 012/2002).



MPF-PR/BA 1.14.000.000323/2000–61. Solicitante: Dra. Geisa de Assis Rodrigues – PR/BA. Solicitação: análise técnica de documentos relativos ao Convênio 2258/98, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde (contratante) e o Ministério do Exército (executor). (Nota Técnica nº 003/2002).

MPF/PGR 08100.002079/95–40. Solicitante: Dr. Luiz Fernando B. Viana – PR/DF. Solicitação: perícia técnica nos processos encaminhados pela Caixa Econômica Federal, relativos a contratos na área de habitação. (Nota Técnica nº 006/2002).

MPF-PR/GO 1.18.000.007435/2001–84. Solicitante: Dr. Hélio Telho Corrêa Filho – PR/GO. Solicitação: análise técnica dos requisitos de qualificação técnica contidos nos Editais de Licitação nºs 036 e 075/2001 da Agência Goiana de Transportes e Obras – AGETOP. (Nota Técnica nº 018/2002).

MPF-PR/GO 08.108.001787/97–91 (Dossiê nº 799/5º CCR). Solicitante: Dr. Hélio Telho Corrêa Filho – PR/GO. Solicitação: análise técnica de documentos referentes à reforma do Edifício Sede da Gerência Estadual do Ministério da Saúde em Goiás (Tomada de Preços nº 02/98). (Nota Técnica nº 003/2002).

MPF-PR/SE 1.35.000.000525/2000–82. Solicitante: Dra. Gicelma Santos do Nascimento – PR/SE. Solicitação: verificar indícios de malversação de recursos federais nas obras do Plano Integrado de Modernização do Sistema de Limpeza Urbana no Município de Estância – SE. (Notas Técnicas nºs 027 e 034/2002).

MPF-PR/GO 1.18.000.008684/2001–97. Solicitante: Dr. Hélio Telho Corrêa Filho – PR/GO. Solicitação: apurar possíveis irregularidades nas reformas empreendidas no Setor de Assistência Odontológica do Tribunal Regional do Trabalho 18ª Região/GO. (Nota Técnica nº 042/2002).

12. RECURSOS SOLICITADOS PELA CÂMARA



Com a finalidade de assegurar as condições mínimas ao bom andamento dos trabalhos da Câmara, foi solicitado o fornecimento dos seguintes recursos, que, ressalvados os itens requeridos à Secretaria de Administração, os demais foram parcialmente atendidos:

à SECRETARIA DE INFORMÁTICA

- 09 (nove) microcomputadores novos (07 em substituição).
- 03 (três) impressora laser.
- Substituição de 12 (doze) monitores de vídeo, que estão totalmente inadequados.
- Desenvolvimento de software de auxílio às investigações (Sherlock) de quebra de sigilo bancário.
- Aquisição do software Analyst Notebook.
- Aumento da largura de banda dos canais de comunicação que estabelecem a ligação das Procuradorias junto à PGR, como forma de permitir a integração da Base de Dados utilizada pelos sistemas de acompanhamento processual, o que permite beneficiar também Procuradores que atuam em outros órgãos, além do Patrimônio Público e Social.

à SECRETARIA DE PESSOAL

Lotação na 5ª CCR dos seguintes servidores:

- | | |
|--|----|
| ● Analista Pericial em Engenharia Civil | 02 |
| ● Analista Pericial em Economia | 03 |
| ● Analista Pericial em Contabilidade | 02 |
| ● Analista Processual | 02 |
| ● Analista na Área de Comunicação Social | 01 |
| ● Técnico Administrativo | 09 |
| ● Técnico em Informática | 01 |

à SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- 01 (um) aparelho de televisão 29", com "rack"
- 01 (um) videocassete
- 01 (uma) fotocopadora

13. PROGRAMAÇÃO PARA 2003



- 13.1. Criação de Grupos de Trabalho nas seguintes áreas:
 - Previdenciária
 - Terras Públicas/Desapropriação
 - CPMF
 - Força Tarefa
 - Imóveis da União/Terrenos de Marinha
 - Atos de Improbidade/Ressarcimento ao Erário/Impunidade
 - SUS
 - Licitações e Obras Públicas
 - Remessas Ilícitas e Repatriamento de Divisas
 - FUNDEF
- 13.2. Unificação dos Bancos de Dados;
- 13.3. Realização de Seminário em maio de 2003;
- 13.4. Mutirão para eliminar os processos remanescentes;
- 13.5. Realização do Concurso de Monografia;
- 13.6. Implementar as relações interinstitucionais com os órgãos que têm interface com a 5ª CCR (TCU/AGU/INCRA/SPU/SRF/INSS/COAF);
- 13.7. Efetivação de novos convênios;
- 13.8. Agilização dos registros dos procedimentos;
- 13.9. Publicação do catálogo das ações e procedimentos de 2002;
- 13.10. Elaboração do catálogo de 2003;
- 13.11. Dotar a Câmara com pessoal e equipamentos necessários ao prosseguimento de suas atividades;
- 13.12. Publicação dos Anais do IV Encontro Nacional;
- 13.13. Entrega dos Prêmios do Concurso de Arrazoados Jurídicos; e
- 13.14. Publicação dos melhores trabalhos do Concurso de Arrazoados Jurídicos.